

Algumas reflexões sobre a questão da gramaticalização de Marcadores Discursivos

Eduardo Penhavel ¹

RESUMO: Neste trabalho, apresentamos uma discussão sobre a classe dos Marcadores Discursivos (MDs), procurando oferecer algumas contribuições, especificamente, para estudos sobre a gramaticalização de MDs. Procuramos destacar o fato de que a classe dos MDs não constitui uma classe linguística de natureza gramatical e, a partir disso, apresentamos algumas reflexões sobre a adequação da ideia da õgramaticalização de MDsö.

Palavras-chave: Marcadores Discursivos; Gramaticalização; Operadores Argumentativos.

A few considerations on the grammaticalization of Discourse Markers

ABSTRACT: In this paper, we present a discussion on the class of Discourse Markers (DMs), aiming at providing some specific contributions to studies on the grammaticalization of DMs. We highlight the fact that DMs do not constitute a grammatical class, and then we formulate a few insights on the adequacy of the notion of the õgrammaticalization of DMsö.

Keywords: Discourse Markers; Grammaticalization; Argumentative Operators.

1. Considerações iniciais

No âmbito dos estudos sobre Gramaticalização (GR), um tema frequentemente abordado é a GR de Marcadores Discursivos (MDs). No entanto, não só nos estudos sobre a GR de MDs, mas também nos estudos linguísticos em geral, um fato complicador sempre destacado pelos pesquisadores é a dificuldade de se identificar uma concepção suficientemente clara sobre o que sejam os MDs, dificuldade gerada, dentre outros fatores, pela grande quantidade de diferentes abordagens existentes sobre MDs e pela escassez de trabalhos comparativos que procurem sistematizar relações entre abordagens. A ausência de um maior esclarecimento sobre o que sejam os MDs normalmente gera uma série de confusões teóricas e metodológicas no estudo de MDs e, particularmente, no estudo da GR de MDs.

¹ Doutor em Linguística- UNICAMP. Professor Efetivo da Universidade Federal de Viçosa. MG, Brasil. eduardopenhavel@yahoo.com.br

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma síntese do atual cenário de estudos sobre MDs, procurando contribuir para esclarecer um pouco como esses elementos têm sido definidos, e esboçar algumas considerações especificamente sobre a relação entre a noção de MD e a noção de GR, procurando oferecer alguns esclarecimentos em relação à questão da GR de MDs. Dessa forma, o artigo encontra-se organizado do seguinte modo: na seção 2 a seguir, apresentamos um breve panorama atual dos estudos sobre MDs; na seção 3, sintetizamos a noção de GR; na seção 4, discutimos, então, especificamente, a questão da GR de MDs; finalmente, a seção 5 traz as considerações finais.

2. Um panorama atual dos estudos sobre Marcadores Discursivos

Conforme temos demonstrado em trabalhos anteriores (PENHAVEL, 2010, 2012), no atual cenário de pesquisas sobre MDs, podem ser distinguidos três tipos gerais de abordagens. O primeiro tipo compreende abordagens que tomam como MDs expressões afixadas a um enunciado matriz, que têm função de conexão e que se referem a um aspecto desse enunciado. Aí se incluem, por exemplo, trabalhos como os de Fraser (2006), Blakemore (2002), dentre outros. Os exemplos em (1) e (2) ilustram itens considerados como MDs por abordagens desse tipo:

- (1) Donna left late. *However*, she arrived on time (FRASER, 2006, p. 190).
Tradução: Donna saiu tarde. Porém, chegou a tempo.²
- (2) This flight takes 5 hours, *and there's* a stop-over in Paris (FRASER, 2006, p. 195).
Tradução: Este voo leva 5 horas, e há uma escala em Paris.

Note-se que, por exemplo, o item *however*, em (1), conecta dois enunciados, fica afixado ao segundo enunciado e se refere a um aspecto desse enunciado, no caso, a seu significado semântico-pragmático, indicando, conforme o tratamento dado por Fraser (2006), que a intenção do falante é que tal enunciado seja interpretado como mantendo uma relação de contraste relativamente ao primeiro enunciado. Como se pode ver, esse primeiro tipo de abordagem inclui trabalhos que consideram como MDs itens de natureza conectiva.

A segunda modalidade de abordagem compreende aquelas que analisam como MDs expressões constituindo um enunciado completo, com função de gerenciamento da

² As traduções dos exemplos, ao longo do artigo, são de nossa própria autoria.

conversação e que se referem a determinados domínios comunicativos. Dentre os representantes desse tipo de abordagem, podem ser citados os trabalhos de Fischer (2006), Frank-Job (2006) etc. Os itens destacados nos exemplos em (3) e (4) representam MDs para abordagens dessa modalidade.

- (3) A: well, I have a meeting from, ten am until eleven pm, other than that I am free. so, when are you free?
 B: *hmm* upon looking at my calendar, it looks like uh, that day may not work out so well after all. um when did you say you were free on Thursday? (FISCHER, 2006, p. 443).
 Tradução: A: bom, eu tenho uma reunião, das 10h00 às 23h00, em qualquer outro horário eu estou livre. então, quando você está livre? / B: ah olhando minha agenda, parece ahh que nesse dia pode não dar muito certo. ahh quando você disse que estaria livre na quinta-feira?
- (4) Si yo, a mí eso me da igual ¿me entiendes? ... Era más o menos para saberlo tú (FRANK-JOB, 2006, p. 366).
 Tradução: Bom, para mim tanto faz, entende? ... Era mais para que você soubesse disso.

Em (3), por exemplo, de acordo com a perspectiva de análise de Fischer (2006), a partícula *õhmmõ* funciona, em si própria, como um enunciado completo e atua no gerenciamento da conversação, mais especificamente no domínio da percepção interacional, sinalizando compreensão da dinâmica interacional. Pode-se dizer, de modo geral, que esse segundo tipo de abordagem engloba trabalhos ligados, de uma forma ou de outra, à área da Análise da Conversação.

Finalmente, o terceiro tipo de abordagem abarca aquelas que consideram como MDs expressões dos dois tipos distinguidos acima, isto é, tanto expressões de natureza conectiva, quanto expressões mais diretamente ligadas ao gerenciamento da conversação. Essa terceira modalidade de abordagem inclui, por exemplo, trabalhos como o de Schiffrin (1987) e o de Risso, Silva & Urbano (2006). Tanto o item *õentãoõ*, na ocorrência destacada em (5), quanto os itens *õnão é?õ* e *õahn ahhõ*, em (6), são tratados como MDs pela abordagem de Risso, Silva & Urbano. O item *õentãoõ* é visto como tendo função conectiva, desempenhando um papel de articulação tópica, enquanto as outras duas expressões são tratadas como elementos ligados ao gerenciamento da conversação, mais especificamente, como itens basicamente orientadores da interação verbal.

- (5) mas acho válido você botar a criança o mais cedo possível na escola ... esse problema de puxar pela criança -- *õAh ... não deve puxar pela criançaõ* -- eu acho que isso não funciona muito ... porque a criança vai a maternal somente pra brincar ... ser educada ... aprender a

fazer coisas que em casa a mãe às vezes ... não tem condições de ensinar [...] *então* ... eu acho válido botar a criança o mais cedo possível na escola (RISSO, 2006, p. 460).

- (6) A: agora em dois dias da semana ... eu levo à faculdade também ... *não é?*
 B: [*ahn ahn*
 A: e:: depois volto para casa (URBANO, 2006, p. 500).

Conforme argumentamos nos trabalhos mencionados acima (PENHAVEL, 2010, 2012), os três tipos gerais de abordagem em questão são capazes de reunir, senão a totalidade, pelo menos grande parte das diversas abordagens existentes hoje em dia, permitindo que se tenha uma visão bastante representativa do que se tem considerado como MDs atualmente.

Generalizando um pouco mais o que se pode depreender da diversidade de abordagens de MDs, temos argumentado também (PENHAVEL, 2012) que é possível identificar uma noção essencial de MDs, comum a diversas abordagens. A nosso ver, é possível dizer que diferentes abordagens compartilham a noção de considerar os MDs como elementos que *facilitam o processamento do discurso*.

O *processamento do discurso* pode ser entendido, sinteticamente, como o conjunto de atividades linguístico-cognitivas efetuadas pelos interlocutores (falante/escritor e ouvinte/leitor) para (re)construir a significação contextual do discurso. A significação contextual engloba uma ampla variedade de tipos de significações de origem *õextratextualõ*, isto é, toda a significação mobilizada pelos interlocutores na construção de sentido além da significação diretamente veiculada pelos enunciados expressamente constituintes do texto (ou de um segmento textual em foco).³ Dentre os tipos de significação contextual, incluem-se significações referentes às relações de sentido entre os enunciados constituintes do texto (isto é, significações contextuais relacionais) e significações referentes ao envolvimento dos interlocutores com o ato de interação verbal (ou seja, significações contextuais interacionais). A nosso ver, os itens tratados como MDs por várias abordagens diferentes podem ser entendidos como elementos que codificam significações contextuais relacionais ou significações contextuais interacionais.

Observe-se que a significação contextual constitui uma significação essencialmente implícita no discurso (como mencionado, trata-se justamente da significação que não é explicitada pelos enunciados do texto). Note-se, ainda, que o processamento do discurso (isto é, a elaboração cognitiva da significação contextual) ocorre naturalmente a todo momento ao

³ Para uma análise detalhada da noção de *contexto*, ver Koch (2003).

longo de um texto. Nesse sentido, o uso de MDs (tanto MDs conectivos, quanto interacionais) codifica e, assim, explicita parte da significação contextual do discurso. Dessa forma, os MDs diminuem o esforço total de processamento cognitivo dos interlocutores, pois explicitam significados que, a princípio, estariam implícitos e cuja depreensão demandaria certa parcela de processamento por parte dos interlocutores; ou seja, os MDs evitam uma parcela de processamento cognitivo pelos interlocutores, pois já escancaram certas significações que deveriam ser buscadas (ou projetadas) no contexto. E assim, pode-se dizer que o emprego de MDs em determinados momentos ao longo do texto teria a função, e o efeito, de *facilitar* o processamento do discurso, pelo fato de diminuir o esforço total dos interlocutores na elaboração cognitiva da significação contextual do discurso. É o que se verifica claramente, por exemplo, no emprego de um item conectivo: no encadeamento de dois enunciados, a ausência de um elemento conectivo leva o ouvinte ao trabalho de depreender, pelo contexto, a relação de sentido entre os enunciados, enquanto o uso de um conectivo, por outro lado, já explicitaria essa relação ao ouvinte, diminuindo seu esforço de processamento cognitivo para recuperar tal relação de sentido.⁴

Partindo, então, da noção comum de que os MDs seriam elementos com a função de facilitar o processamento do discurso, cada abordagem particular parece selecionar um aspecto específico do processamento do discurso e, então, definir como MDs aquelas expressões (ou parte das expressões) que facilitam esse tipo específico de processamento. Em outros termos, cada abordagem delimitaria uma modalidade específica de significado contextual e definiria os MDs como o conjunto (ou parte do conjunto) das expressões linguísticas que codificam essa modalidade específica de significado contextual.

Nesse sentido, tendo em vista as três modalidades gerais de abordagem distinguidas acima, pode-se ver que um grupo de abordagens seleciona algum tipo de relação de sentido entre enunciados, definindo como MDs elementos vinculados à codificação desse tipo de relação de sentido. Um segundo grupo de abordagens volta-se para as relações interacionais presentes no discurso, selecionando como MDs elementos que indicam essas formas de significação. E, por fim, outras abordagens incluem como MDs tanto elementos que facilitam a elaboração de significações relacionais, quanto elementos que facilitam o processamento de relações interacionais.

⁴ Para uma discussão mais detalhada do papel de MDs na explicitação da significação contextual, ver Penhavel (2012).

3. Uma breve caracterização do processo de Gramaticalização

Conforme explicam Gonçalves *et al.* (2007), de acordo com a acepção mais clássica de GR, palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos) podem passar a integrar a classe das categorias gramaticais (preposições, advérbios, auxiliares etc.), as quais, posteriormente, podem vir até mesmo a se tornar afixos. Os autores ilustram o processo de gramaticalização por meio dos exemplos transcritos aqui em (7) e (8):

- (7) A fonte, em forma de cabeça de cavalo, em bronze, é uma homenagem aos imigrantes e tropeiros que *vinham* a Curitiba para comercializar seus produtos... (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 20).
- (8) Os soldados *vinham vindo*, *vinham vindo*. Nossa Senhora clamou pelos peixes do mar, mas eles estavam longe e não ouviram. Então apareceu um siri de carapaça... (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 20).

Conforme explicam os autores, o verbo *õvirö*, no exemplo em (7), apresenta-se como um verbo pleno, mais autônomo, pois tem sua significação mais concreta e básica expressa pelo ato de deslocamento de um corpo no espaço físico. Trata-se, assim, de um verbo que tem seu argumento externo, o SN-sujeito (*õimigrantes e tropeirosö*), expresso à sua esquerda e suas informações satélites, adjunto adverbial de lugar (*õCuritibaö*), à sua direita. Ainda segundo os autores, no exemplo em (8), por outro lado, o verbo *vir* comporta-se como um verbo não-autônomo. Nesse caso, a perífrase *õvir vindoö*, constituída de dois verbos *vir* (V1 e V2), apresenta argumento externo, o SN-sujeito (*õos soldadosö*), à sua esquerda, e o adjunto de lugar, definido por V2, está pressuposto no espaço enunciativo (isto é, fica implícito o local de destino pressuposto pela perífrase *õvir vindoö*). Nesse contexto, V1 (*õvinhamö*) é reanalisado como verbo auxiliar de V2 (*õvindoö*), ou seja, assume uma função mais gramatical, pois desempenha agora uma função em relação a outro verbo.

De acordo com os autores, também representa um caso de GR o processo ocorrido com o verbo *õirö*, no português, marcador de futuridade, em perífrases constituídas de *õirö* + verbo no infinitivo, podendo, inclusive, no registro coloquial, resultar em construções como *õvou irö*, em que, claramente as funções de *õirö* são diferentes: a primeira, um auxiliar de futuro, e a segunda, um verbo de movimento.

Conforme proposta por Meillet (1912), a GR envolve essencialmente a passagem *õ[léxico] > [gramática]ö*, com o lado gramatical comportando a sequência interna *õ[sintaxe] >*

[morfologia]ö. No mesmo sentido, Lehmann (1995 [1982]) concebe a GR como um processo de morfologização, que pode levar à mudança de estatuto de um item não somente de lexical a gramatical, mas também do menos para o mais gramatical. Na mesma linha, Heine *et al.* (1991) consideram que a GR envolve o crescimento dos limites de um morfema que avança de um valor lexical para um valor gramatical ou do menos para o mais gramatical, isto é, de um formante derivacional para um formante flexional. Hopper & Traugott (1993) admitem que uma forma em processo de GR segue o seguinte *cline* de mudança: õ[item de conteúdo] > [palavra gramatical] > [clítico] > [afixo flexional]ö (GONÇALVES *et al.*, 2007).

Gonçalves *et al.* (2007) afirmam, então, que, numa formulação de caráter mais restrito, a GR poderia ser definida como um processo por meio do qual alguns elementos de conteúdo lexical se desenvolvem, no decorrer do tempo, e se tornam elementos gramaticais e, se gramaticais, passam a mais gramaticais ainda, apresentando-se mais previsíveis no que diz respeito a seu uso.

Os autores mencionam também, no que se refere à direção da mudança linguística, que a GR é também investigada partindo-se do discurso para a morfossintaxe, o que se verifica, por exemplo, em Givón (1979), que defende a existência de um processo cíclico: õdiscurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zeroö. Destacam ainda a existência de outras concepções, citando, como exemplo, a perspectiva de Votre (1999):

Processo de regularização que se verifica num fenômeno qualquer, à medida que a generalização progressiva do uso vai fazendo com que ele passe do nível do discurso, em que há ampla liberdade de variação, para o nível da gramática, em que se regulariza e em que diminui ou cessa a liberdade de variação. O conceito aplica-se também aos itens já presentes na gramática, que evoluem para uma conformação ainda mais gramatical, se admitimos que os itens da gramática não são entidades discretas, e sim pólos de um contínuo, em que certas classes de itens estão mais próximas do léxico, enquanto outras ocupam diferentes posições no *continuum* da gramática. Assim, o advérbio é mais gramatical do que o adjetivo (VOTRE, 1999 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 24).

Como se sabe, os estudos de GR envolvem um conjunto de questões muito mais amplo e complexo do que o sinteticamente apresentado aqui. De todo modo, essa breve exposição permite destacar um ponto central do processo, que mais nos interessa no presente trabalho. A nosso ver, a GR constitui um processo de natureza essencialmente gramatical, no sentido de que parece pressupor, necessariamente, a questão da mudança de estatuto gramatical de um item linguístico. Para nós, trata-se de um ponto crucial, que tem implicações decisivas no que tange à questão da GR de MDs.

4. Marcadores Discursivos e Gramaticalização

Uma das questões sobre MDs que mais diretamente afetam os estudos de GR e que mais precisam ser vistas de forma clara diz respeito ao fato de que nenhum autor considera MDs como uma classe gramatical. Esses elementos são sempre definidos como membros de alguma classe textual, discursiva, pragmática, conversacional etc., dependendo do quadro teórico-metodológico, mas nunca são definidos como uma classe gramatical. Na verdade, MDs são definidos como uma classe textual, discursiva, pragmática etc., a qual inclui elementos pertencentes a diferentes classes gramaticais.⁵

Por exemplo, Fraser (2006), no âmbito de sua abordagem, considera que podem funcionar como MDs elementos pertencentes à classe das conjunções, à classe dos advérbios e à classe das preposições. Similarmente, na abordagem de Risso, Silva & Urbano (2006), os elementos que atuam como MDs podem ser conjunções (õeö, õmasö, õouö etc.), advérbios (õfinalmenteö, õenfimö etc.), verbos (õtá?ö, õentende?ö, õolhaö etc.), adjetivos (õcertoö, õclaroö, õbomö etc.), sintagmas mais complexos (õem primeiro lugarö, õmudando de assuntoö etc.), entre outros.

Dessa forma, considerando a definição fundamental de GR como o processo pelo qual um elemento lexical se torna gramatical e um elemento gramatical se torna mais gramatical, pode-se dizer que, teoricamente, não seria propriamente adequado falar em õGR de MDsö. Quando um elemento linguístico passa a funcionar como MD, esse estatuto de MD em si não implica, necessariamente, a mudança do elemento para um estatuto (mais) gramatical. Quando um elemento linguístico passa a atuar como MD, pode acontecer de esse elemento passar para uma categoria (mais) gramatical, efetivando-se, assim, uma GR ou uma etapa de GR; porém, nesse caso, a (etapa de) GR não está relacionada à aquisição do estatuto de MD, mas à mudança de categoria gramatical que acompanha a aquisição desse estatuto.

Por exemplo, no português, o item õagoraö pode funcionar como advérbio de tempo,

⁵ Por vezes, certas explicações sobre MDs levam a pensar que esses itens são definidos como elementos que apresentam determinado tipo de *função*, ou mesmo que a noção de MD seria aplicada a alguma *função* linguística. No entanto, é importante observar que, na grande maioria das concepções e definições de MDs (senão na totalidade delas), os MDs são definidos como uma *classe* de expressões linguísticas. Nas definições, a *função* é (apenas) um dos traços definidores, dentre outros traços definidores da classe. Por exemplo, a definição de MDs de Risso, Silva & Urbano (2006) inclui nove traços definidores da classe dos MDs, sendo a *função dos MDs* apenas um desses nove traços (incluindo-se, dentre eles, por exemplo, traços de natureza morfológica, sintática, prosódica, dentre outros).

como em (9), e como MD, como em (10).

- (9) A: *agora* mesmo os cantadores Dimas Otacílio éh:: éh:: ... Dimas de São José do Egito
Dimas Otacílio
[
B: Tonhê
A: Lourival
B: também
A: ele estão gravando com Lula Porto acompanhado por Lula e por outro rapaz (RISSO, 2006, p. 433).
- (10) o menino detesta escola ... então:: ... ele acor::da ... e te pergunta do quarto dele se tem aula ... se TEM AUla (ele diz) ãDROga estou com sono quero dormir eu tenho dor disso dor daquiloö ... *agora* dias que não tem aula ele pergunta e a resposta é negativa aí então ele diz para a irmã ... õlevanta que hoje não tem aula podemos brincar ((risos)) aí levan::TAM (RISSO, 2006, p. 441-442).

Poder-se-ia argumentar que o uso de ãagoraö como advérbio precede e origina o uso como MD e, assim, considerar essa mudança como um processo de GR. Com efeito, seria pertinente falar em GR nesse caso, uma vez que, no uso como MD, o item ãagoraö funciona gramaticalmente como uma *conjunção*. Observe-se que, no uso como MD, esse item é morfológicamente invariável, não pode ser escopo de modificadores, ocupa, necessariamente, a posição de início de sentença e tem a função de marcar uma relação entre (grupos de) enunciados;⁶ a nosso ver, o item ãagoraö em (10) tem funcionamento gramatical muito similar (senão idêntico) ao de uma *conjunção*. Assim, seria pertinente pensar em GR no caso de *agora*, mas não por causa da passagem de *advérbio* a *MD*, e sim pela passagem de *advérbio* a *conjunção*.

Num caso como o do item õentãoö, por exemplo, ocorre uma situação um pouco diferente. Dentre os usos desse item, podem ser reconhecidos o uso com advérbio temporal, ilustrado em (11), o uso como conector frasal, representado em (12), e o uso como MD, que pode ser ilustrado pelo exemplo em (5) acima, repetido aqui em (13):

- (11) Em março de 1991, o presidente Fernando Collor assinou um novo decreto, prorrogando a permanência dos garimpeiros em Serra Pelada por mais três meses. Em junho, deu um novo prazo, fevereiro de 1992. Declarou-se, a partir de *então*, o processo de tombamento histórico

⁶ Note-se que, diferentemente do que ocorre no seu uso como MD, o item ãagoraö, em seu uso como advérbio, admite certa variação morfológica (como em ãJosé me ligou *agorinhaö*), pode receber modificadores (como em ãVou falar com Maria *exatamente agora / agora mesmoö*), pode ocorrer em posição de início, meio ou fim de sentença (como em ã*Agora* os alunos (*agora*) estão resolvendo um exercício (*agoraö*), e não pressupõe a conexão de dois enunciados, podendo ocorrer com um único enunciado (õPedro deve estar aterrissando em Paris *agoraö*).

de Serra Pelada (RISSO, 2006, p. 451).

- (12) quer dizer somos de famílias GRANdes e:: ... *então* ach/acho que:: ... dado esse fator nos acostumamos a:: muita gente (RISSO, 2006, p. 454).
- (13) mas acho válido você botar a criança o mais cedo possível na escola ... esse problema de puxar pela criança -- ôAh ... não deve puxar pela criança -- eu acho que isso não funciona muito ... porque a criança vai a maternal somente pra brincar ... ser educada ... aprender a fazer coisas que em casa a mãe às vezes ... não tem condições de ensinar [...] *então* ... eu acho válido botar a criança o mais cedo possível na escola (RISSO, 2006, p. 460).

Em (11), observa-se um uso típico de *então* como *advérbio*. Já em (12), o item, dentre outras características, marca relação entre duas (ou mais) sentenças, atuando, assim, como um conector, indicando relação lógico-semântica de decorrência. Em (12), *então* tem um estatuto gramatical próximo ao de uma conjunção, desta diferindo-se por apresentar mobilidade de posição dentro da sentença em que ocorre. No caso em (12), o item tem funcionamento semelhante ao de expressões como *portanto*, *contudo*, *no entanto* etc., que marcam relações entre enunciados, sendo, inclusive, muitas vezes classificadas como conjunções, mas que têm mobilidade posicional pela sentença assim como os advérbios. O item *então* poderia ser considerado aí como uma *conjunção adverbial* (ou um *advérbio conjuncional*) ó Risso (2006, p. 453) refere-se a esse tipo de uso como *conector adverbial* e ainda como *advérbio conjunto* (RISSO, 2006, p. 452). Dessa forma, seria pertinente pensar em GR no caso da diferença entre usos como em (11), por um lado, e usos como em (12) por outro, já que haveria aí uma diferença de estatuto categorial, isto é, uma diferença entre *advérbio* e *advérbio conjunto*.

No entanto, no caso da diferença entre o uso de *então* em (12) e seu uso como MD em (13), não seria pertinente falar em GR. O estatuto gramatical de *então* nos dois usos parece ser o mesmo, isto é, o de advérbio conjunto. Observe-se que, em (13), o item poderia ocorrer em posição medial, e talvez até mesmo em posição final. Assim, não seria apropriado pensar em GR na interpretação da diferença entre o uso de *então* em (12) e seu uso em (13). Ao contrário dessa análise, uma hipótese que parece interessante é a de que, na função de MD, *então* seja usado preferencialmente (ou talvez até exclusivamente) em posição de início de sentença, aproximando-se, assim, do estatuto típico de conjunção. Nesse caso, seria possível falar em GR, mas isso por causa da mudança que o item sofreria de *advérbio conjunto* a *conjunção*, e não pelo fato, em si, de o item adquirir o estatuto de MD.

Uma situação similar aparece em Martelotta (1993), no tratamento do item *depois*

como Operador Argumentativo (OA). Nesse caso, a discussão do autor não diz respeito exatamente à questão aqui em pauta sobre a GR de MDs, incidindo, na verdade, sobre a GR de OAs (ressalte-se que a classe dos OAs e a classe dos MDs constituem classes distintas). De qualquer forma, a análise do autor sobre a GR de OAs coloca claramente o mesmo tipo de questão aqui em foco.

Martelotta (1993) distingue, dentre outros, os seguintes usos de *õdepoisõ*: (i) *õdepoisõ* como advérbio temporal; (ii) *õdepoisõ* sequencial, quando o item tem a função de sequenciar informações no texto; (iii) *õdepoisõ* OA, caso em que o item tem papel essencialmente argumentativo, assumindo o significado de *õalém do maisõ*. Os exemplos em (14), (15) e (16) ilustram esses três usos respectivamente:

- (14) A: Já houve alguma vez assim que algum cliente não tenha pagado?
 B: Já, muitas vezes. Calote, meu irmão, é toda hora.
 A: Mas como acontece? A pessoa diz que não tem dinheiro ou...
 B: É, não tem dinheiro. "Está ruim, *depois* eu pago" (MARTELOTTA, 1993, p. 134).
- (15) quando eu senti que a Dodge andou, eu virei para o lado assim e a Dodge passou e foi se acabar no barranco, que tinha lá em baixo e eu deitado no chão. Eu sei que foi um susto... Não houve nada, que era um barranco muito próximo, então só deu aquele impacto e tudo bem. Depois saímos dali, chegamos no quartel todo mundo frio. O sargento passou um pouquinho mal, mas *depois* ficou bom (MARTELOTTA, 1993, p. 135).
- (16) A: Então você acha bom a mulher trabalhar fora?
 B: Acho. Atualmente acho, não pra mim que já estou com uma vida formada, casada há vinte e sete anos já, não, não, não. É *depois* não preciso, graças a Deus... (MARTELOTTA, 1993, p. 138).

Martelotta (1993), então, formula a hipótese de que, por um processo de GR, o *õdepoisõ* adverbial daria origem ao *õdepoisõ* sequencial, e este originaria o *õdepoisõ* OA. A nosso ver, a hipótese de Martelotta se sustentaria apenas na primeira trajetória. Conforme observa o autor, ao contrário do uso adverbial, o *õdepoisõ* sequencial assume uma posição mais fixa e uma função típica de conectivo, aparecendo no início de orações, indicando a sequência em que elas ocorrem no texto. Assim, haveria aí uma mudança de um estatuto gramatical de *advérbio* para um estatuto de *conjunção* (ou um estatuto próximo do de *conjunção*), o que justificaria pensar em mudança por GR.

No entanto, para nós, o estatuto gramatical de *õdepoisõ* OA é exatamente o mesmo do de *õdepoisõ* sequencial, isto é, um estatuto de *conjunção* (ou algo próximo a isso), e, portanto, não haveria mudança categorial que justificasse a hipótese de mudança por GR.

Com efeito, o uso como OA parece derivar do uso sequencial, mas o fato é que não seria uma mudança que envolveria alteração propriamente gramatical.

Em síntese, nossa posição é que, tendo em vista a natureza essencialmente gramatical do processo de GR e tendo em vista o fato de MDs não constituírem uma noção de natureza gramatical, não seria propriamente adequado falar em GR de MDs. A aquisição do estatuto de MD, embora possa ser acompanhada de mudança de categoria gramatical, não implica, necessariamente, essa mudança. Ou seja, o processo, em si, de aquisição do estatuto de MD não constituiria um processo de mudança gramatical ó daí nosso entendimento de que falar em GR de MDs não seria exatamente apropriado. É perfeitamente possível que um item linguístico, ao passar a funcionar como MD, sofra uma mudança de estatuto categorial, sendo pertinente dizer que tal item representaria um caso de GR. No entanto, nesse caso, o fenômeno da GR não diria respeito propriamente ao fato de esse item passar a ser MD, e sim ao fato de, ao se tornar MD, esse item adquirir um novo estatuto gramatical, passando, por exemplo, *de advérbio a advérbio conjunto* ou *de advérbio a conjunção*. E aí, o adequado, a nosso ver, seria falar em *GR de um advérbio conjunto* ou em *GR de uma conjunção*, e não em *GR de um MD*. Para nós, o processo de GR e o processo de aquisição do estatuto de MD seriam processos de ordens diferentes. Certamente, são processos que podem coocorrer e estar intimamente interligados, mas seriam, ainda, processos diferentes.

5. Considerações finais

Neste trabalho, esboçamos algumas reflexões introdutórias a respeito da adequação da noção de *GR de MDs*, tendo em vista a natureza *gramatical* do processo de GR e a natureza *não-gramatical* do conceito de MD (a qual procuramos explicitar ao longo do trabalho). Nossa expectativa é que a presente discussão, muito mais do que propiciar afirmações conclusivas, possa chamar a atenção para a questão e incentivar esse tipo de reflexão.

Acreditamos que tal tipo de análise seja relevante não só no sentido de contribuir para a obtenção de maior aprimoramento das noções de MD e de GR, mas também no sentido de contribuir para a obtenção de maior esclarecimento das relações entre fenômenos de naturezas diferentes, isto é, entre fenômenos gramaticais, textuais, discursivos, pragmáticos etc., relações estreitas, complexas e significativas no funcionamento da linguagem, que, muitas vezes, impõem dificuldades e confusões enormes para os pesquisadores.

Referências

BLAKEMORE, D. *Relevance and Linguistic Meaning: The Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FISCHER, K. Frames, constructions and invariant meanings: the functional polysemy of discourse particles. In: _____. (Org.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p.427-447.

FRANK-JOB, B. A dynamic-interactional approach to discourse markers. In: FISCHER, K. (Org.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 359-374.

FRASER, B. Towards a theory of Discourse Markers. In: FISCHER, K. (Org.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p.189-204.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. Nova Iorque: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, S. C. L. *et al.* (Orgs.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HEINE, B. *et al.* *Grammaticalization: a conceptual framework*. Londres: University Chicago Press, 1991.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

LEHMANN, C. *Thought on grammaticalization*. Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como *Thought on grammaticalization: a programatic sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49 ó Projects, v.1., 1995 [1982]).

MARTELOTTA, M. E. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) ó Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em <http://www.discursioegramatica.letas.ufrj.br/download/tese_doutorado_martelotta.pdf>. Acesso em outubro de 2011.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistic générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1912.

PENHAVEL, E. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 2010. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) ó Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. O que diferentes abordagens de Marcadores Discursivos têm em comum? *Revista (Con)textos linguísticos*, Vitória, v. 7, n. 7, p. 78-98, 2012.

RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil* ó v.I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p.427-496.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil* ó v.I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p.403-425.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil* ó v.I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p.49-527.

Recebido em 30 de novembro de 2012.

Aprovado em 20 de janeiro de 2013.